

III JORNADA DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS

*Palavras do Ministro de Estado da Defesa, Raul Jungmann, na abertura da
III Jornada de Estudos Estratégicos*

Brasília, 17 de novembro de 2016

Senhoras e senhores,

Em primeiro lugar, tenho o prazer de declarar aberta a III edição da Jornada de Estudos Estratégicos.

Saúdo os promotores e organizadores deste prestigioso evento e seus participantes. Destaco, em particular, a acolhida do Comando Militar do Planalto a essa iniciativa, com que o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, por meio da sua Chefia de Assuntos Estratégicos, visa estimular a integração dos diversos atores que trabalham com assuntos de defesa e contribuir para a ampliação e qualificação do debate sobre Defesa Nacional junto à sociedade brasileira.

Um dos objetivos da minha gestão é, justamente, estimular o interesse e a conscientização dos diversos setores do governo e da sociedade nacional nessa área, de maneira a fortalecer uma comunidade epistêmica e um segmento da opinião pública habilitado a contribuir, com um debate qualificado, para processo decisório e para a gestão sobre temas estratégicos e de defesa.

Esta terceira edição da Jornada de Estudos Estratégicos conta com representantes do Ministério das Relações Exteriores, do GSI, da ESG, do Instituto Brasileiro de Estudos de Defesa Pandiá Calógeras (IBED), da Escola de Guerra Naval (EGN), da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), da Universidade da Força Aérea (Unifa), do IPEA, da Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança (ABIMDE), e de diversas universidades, *think tanks* e instituições de fomento à pesquisa.

É muito significativo e apropriado que o tema central da Jornada este ano seja o “Pensamento Estratégico de Defesa no Brasil”.

A etimologia da palavra “estratégia” remete justamente à arte da guerra: associa os termos exército (*stratos*) e condução ou comando (*ageîn*). Trata-se da alocação eficiente de recursos, militares ou não, com claro sentido de liderança sobre agrupamentos, para uma conquista de posição ou a consecução de um objetivo.

Nossos patronos militares e nossos estadistas civis sempre tiveram um pensamento estratégico claro e definido. Herdamos esse talento dos portugueses dos séculos XV e XVI, que inauguraram o Estado moderno, investiram pesadamente nas grandes navegações, dividiram o mundo em dois e ocuparam demográfica, militar e economicamente a próspera colônia, chamada Brasil.

Também herdamos essa visão estratégica de nossos navegantes, bandeirantes, diplomatas e dirigentes imperiais, que consolidaram uma imensa base territorial unificada. A confirmação de nossas fronteiras, com base nos cânones do direito internacional e seus métodos pacíficos de solução de controvérsias é o corolário dessa visão.

Definida a base de nossa soberania territorial e estabilizado o equilíbrio estratégico da América do Sul, os recursos puderam concentrar-se no desenvolvimento nacional.

As instituições representadas aqui nesta sala contribuíram ativamente na construção desse pensamento estratégico ao longo de nossa História, em especial da evolução do pensamento de defesa.

Senhoras e Senhores,

Há vinte anos o pensamento de defesa é sintetizado e sistematizado pela Política Nacional de Defesa.

Este ano completamos vinte anos do lançamento da então chamada primeira Política de Defesa Nacional. E, como os senhores acabaram de ver, lançamos há pouco o selo comemorativo alusivo a esse documento histórico produzido em 1996.

Ainda hoje, o Senhor Presidente da República encaminhará ao Congresso Nacional a Política, a Estratégia e o Livro Branco, que estou procurando na agenda do Senhor Presidente do Congresso a oportunidade para fazer a sua entrega.

Gostaria de mencionar os Objetivos Nacionais de Defesa:

- 1) garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade nacional;
- 2) adequar a capacidade de defesa, para o cumprimento das missões constitucionais das Forças Armadas;
- 3) salvaguardar as pessoas, os bens, os recursos e os interesses nacionais situados no exterior;
- 4) contribuir para a preservação da coesão e unidade nacionais;
- 5) contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais;
- 6) contribuir para o incremento da projeção do Brasil no concerto das nações e sua inserção em processos decisórios internacionais;
- 7) promover a autonomia produtiva e tecnológica na área de defesa; e
- 8) ampliar o envolvimento da sociedade brasileira nos assuntos de defesa nacional.

Esta é uma questão que tem me convocado a atenção. Eu, recentemente, estive fazendo uma palestra na conhecida Casa das Garças, que reuniu uma plêiade dos melhores economistas do Brasil. Lá estavam, nessa palestra, o Ex-Ministro da Defesa, Pedro Malan; o Ex-Presidente do Banco Central, Armínio Fraga; Edmar Bacha, um dos grandes articuladores para o Plano Real e economista brilhante; estavam lá também o Gustavo Franco e o sociólogo Bernardo Sorj.

Enfim, lá estava um bom pedaço da inteligência nacional e, não vou dizer que foi exatamente uma surpresa, apenas uma constatação, do desconhecimento que existe a respeito da defesa.

E esse desconhecimento nós estamos falando aqui numa elite, de um pedaço da elite mais informada, eu diria, mais preparada, que nós já dispusemos com passagem aqui e na academia. E esse tipo de desconhecimento ele, inclusive, de alguma medida, até para economistas, é injustificável, como eu próprio disse a eles. Afinal nós somos o quarto maior orçamento da República.

Nós somos individualmente, possivelmente, o maior contratante de tecnologia que temos no país.

Nós temos, dentro das Forças Armadas, aproximadamente um terço de todos os servidores públicos federais.

Nós temos o dever e a obrigação de cuidar de um território de 8 milhões e meio de quilômetros quadrados, de uma fronteira que é a terceira maior do mundo, com 17 mil quilômetros e com águas jurisdicionais ao redor de 4 milhões e meio.

Então, de fato, a defesa é uma parte, e uma parte muito importante nos “destinos” nacionais e, entretanto, o grau do desconhecimento dessa mesma defesa é um contraponto que a mim, pessoalmente, muito preocupa.

Evidentemente que isso tem a ver com o sentimento que existe de que o Brasil é um país sem ameaças, o Brasil é um país sem inimigos, de que o Brasil é um país que viveu um conflito “interestatal” há 150 anos aproximadamente.

No Brasil, e nisso me permita o diplomata que aqui também representa o Ministério das Relações Exteriores, existe um mantra de que somos o País do *soft power*.

É por isso que essa Jornada é, de fato, extremamente importante, sobretudo, para refletir sobre isso, ou seja, não pensar a estratégia a partir dela ou a partir, digamos, da própria defesa ou da dissuasão, mas pensar a estratégia, inclusive, a respeito das vulnerabilidades que informam essa própria estratégia.

Nós temos hoje uma situação, que eu venho chamando, por falta de melhor nome, de “o bônus da providência”. E vou repetir aqui uma vez mais: o que seria esse bônus da providência?

Seria que a leste nós temos a África, a costa ocidental da África, que até aqui não nos oferece qualquer perigo.

Eu lembro que o senhor Comandante da Marinha, que estava aqui até ainda há pouco, ele referindo-se ao encontro que teve com seu homólogo dos Estados Unidos, ele dizia que foi convidado para ver uma grande tela aonde se encontravam todos os navios de guerra dos Estados Unidos e o único oceano que não tinha um único navio da Marinha americana, adivinhem, era o Atlântico Sul.

A oeste nós temos uma outra barreira, natural e imensa, que é a hileia amazônica. E nós temos o prodígio de sermos lindeiros com aproximadamente 10 países.

Temos 17 mil quilômetros, famosos 17 mil quilômetros de fronteira. Somos a terceira maior fronteira terrestre do mundo e não temos problemas, de fato, em termos de fronteira. Isso é um ativo em termos de paz e tranquilidade incalculável.

Quando se observa a situação que você tem na Rússia e na Crimeia; quando se observa os problemas que tem a China e outros lugares; quando se observa a zona de tensão na Europa

mais oriental ou ocidental, sobretudo naquela fronteira que envolve desde o Báltico e desce pelo centro, passando pela Ucrânia; e a zona de tensão que há na Ásia Central, isso tudo chama a atenção.

E nós não temos isso. O que nós temos na nossa fronteira oeste é aquilo que nós tratávamos ontem numa extraordinária reunião articulada pelo senhor Ministro das Relações Exteriores que é o grave problema com os crimes transfronteiriços. E é evidente que não se resolve crime transfronteiriço exclusivamente dentro do nosso território. São necessários compartilhamentos, respeito pela soberania, e mecanismos conjuntos para tratar desse problema.

Pois bem, então se nós não temos, necessariamente, grandes ameaças a oeste, se aquela que era, sobretudo, a nossa grande preocupação estratégica pelo sul, que vem desde os conflitos entre o império português e o império espanhol traduzidos ali, na Bacia do Prata, no Uruguai, na Cisplatina, como foi anteriormente chamada e que inclusive gerou toda a estruturação para as nossas Forças, particularmente para o Exército Brasileiro, aqui representado pelo senhor General Etchegoyen, evidentemente que isso significa uma grande estabilidade, mas essa estabilidade é percebida como a ausência de ameaças futuras.

Eu vou citar apenas uma, que eu tenho citado várias vezes, pois hoje nós estamos vivendo um processo de mudanças que estão acontecendo, por exemplo, na Europa.

Anteontem eu conversava com meu homólogo, Ministro da Defesa de Portugal, com quem estive em Trinidad e Tobago, e ele me informava sobre uma reunião que tratara das questões de defesa na Europa dois dias antes, em Bruxelas.

A Europa, hoje, está decidindo o que eles chamam de “reformulação estratégica”, e que nós podemos traduzir, de uma maneira não tão polida, como “rearmamento”, consequência de algumas situações:

Em primeiro lugar, o fato de que o Reino Unido, com o *Brexit*, em grande medida, retira a trava para esse “rearmamento”, em função das relações da Aliança Atlântica, que permanece unindo o Reino Unido aos Estados Unidos;

Em segundo lugar, por causa, efetivamente, das tensões que vêm tanto do Oriente Médio como das questões das migrações, como a ameaça que representa o ISIS, e também pelo fato de que os Estados Unidos há algum tempo vem defendendo que a Europa tem que arcar com a maior parte do custo de sua própria defesa, e é muito provável que essa posição se aprofunde durante o governo Trump.

O que isso pode representar? Isso pode representar que o perímetro estratégico da Europa, como foi dito mais uma vez, pelo meu homólogo português, venha a alcançar o Magreb, atravessando a África até a Mauritânia. Se isso acontecer, nós teremos uma projeção para o Atlântico Sul, grande preocupação da nossa Marinha.

Eu estou citando fatos e tendências que compõem um cenário, mas que não pode ser desconsiderado.

Um país que tem 8,5 milhões de quilômetros quadrados de território, e mais de 200 milhões de habitantes, que tem riqueza em termos de recursos naturais e também de recursos humanos, não pode fugir ao seu destino.

É inexorável e inevitável que isso venha a acontecer, e para isso é preciso que, ao lado da diplomacia, nós tenhamos, de fato, uma capacidade de defesa, uma capacidade dissuasória que seja compatível com isso e, entretanto, e eu venho do parlamento, venho do Congresso Nacional, aonde verifico, por exemplo, que a nossa mentalidade política tem, com o perdão da rudeza da observação, uma vasta ignorância a respeito de assuntos de defesa.

Aos que lá se dedicam especificamente a esse tema, um pequeno grupo, e muito pequeno lá dentro, e isso de alguma medida deflui das próprias características da nossa Constituição presidencialista que pouco atribui, em termos de defesa, ao Congresso Nacional, que é particularmente, declarar a guerra, fazer a paz e cuidar do orçamento, e além de suas outras atividades genéricas – pode fazer uma CPI, pode fazer uma audiência e etc.

No estudo feito anos atrás pelo então assessor do Ministro Jobim, hoje Ministro Sérgio Etchegoyen, contendo uma análise comparativa da interação entre Parlamento, Defesa e Forças Armadas em países centrais, a exemplo de França, Inglaterra e Estados Unidos, só para ficar aqui nesse exemplo, levantou que há nesses países uma grande interação entre o parlamento, ou parlamentos, e as questões de defesa e Forças Armadas.

Neste sentido, esta Política e esta Estratégia Nacional de Defesa são inovadoras, e eu tenho a satisfação de ter sido relator, na Câmara, da Lei Complementar nº 136, que atribui ao Congresso Nacional a apreciação desses documentos. Trata-se de uma maneira de trazer o Congresso para essa agenda e também de nos levar ao encontro do Congresso para a apreciação de questões estratégicas.

Então, nesse sentido é que eu reponho que a realização dessa Jornada é da maior importância.

E gostaria de, ao encerrar, colocar algumas questões apenas para reflexão, ou, se os senhores quiserem uma provocação, digamos assim, produtiva a respeito de alguns temas. São elas:

- Quais os limites do *soft power* brasileiro para a consecução dos nossos objetivos estratégicos?

A rigor, a nossa linha diplomática é voltada, precípua e praticamente, para o *soft power*. Não é que nos estejamos propondo a ser assíduos no recurso ao *hard power*, mas há a necessidade da articulação das duas linhas. Não se pode, no nosso entender, depositar apenas na linha do *soft power* os aspectos dissuasórios e de projeção do poder de um país.

- O Brasil tem logrado, adequadamente, elaborar cenários prospectivos consistentes que permitam estudos de avaliação político-estratégica de interesse para a Defesa, que auxiliem o processo decisório?

Vou fazer aqui uma outra consideração.

Quando assumi o Ministério, já estavam em uma fase muito avançada de elaboração a Política e a Estratégia Nacional de Defesa. Então, evidentemente que não teria sentido nós darmos um grande salto para trás e refazer todo o trabalho, mas verifico que, sobretudo, na última década, década e meia, a nossa Política e Estratégia encontram-se muito voltadas para o nosso entorno estratégico.

Nomeadamente, mais uma vez, América do Sul, a costa ocidental da África, com projeção para a Antártica. Mas eu sinto a falta, dentro dessa Estratégia, do lugar para centros geopolíticos

dinâmicos mundo a fora, como é o caso do Pacífico, da Ásia, do Oriente Médio, da Europa, das relações com os Estados Unidos.

Não é que elas lá não estejam, é que eu acho que elas não estão na dimensão que deveriam efetivamente ter. É claro que essa Política e Estratégia não poderiam ser diferentes, pela influência da Estratégia Sul-Sul, que predominou nos últimos anos, mas nós precisamos ter uma avaliação de uma nação, dos outros teatros, dos outros centros dinâmicos e, sobretudo, dos que são condutores da política global.

E nós temos uma vocação, então é nesse sentido que faço esta terceira pergunta:

- É viável a consolidação de uma identidade de defesa sul-americana?

Nós caminhamos bastante no âmbito da UNASUL com a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), e nós vamos ser representados na próxima semana lá pelo Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.

O CDS foi incentivado pelo Brasil, é algo colaborativo entre todos os países, mas foi incentivado no momento em que você tinha, digamos assim, um alinhamento da maioria desses países. Hoje esse alinhamento já não existe.

Como levar adiante essa identidade independentemente de governos, sem uma política de estado? Como fazer isso?

Concluo com três últimas provocações:

- Em que medida os recentes resultados eleitorais e plebiscitos nos países do Norte e na América do Sul afetam os cenários estratégicos globais e regionais?

- Até que ponto, em alguma medida, nós estamos revivendo alguns elementos do que denominamos no passado como Guerra Fria?

- Em que medida a diplomacia e a defesa são componentes articulados da projeção de poder do Brasil, de cooperação e dissuasão, inclusive com repercussões comerciais e de integração de cadeias produtivas da indústria de defesa?

E uma última consideração:

Eu estive, recentemente, em dois, três países africanos e constatei uma enorme projeção chinesa. Muitas vezes, essa projeção não é percebida. E o que virá depois dessa projeção? Ou ela estacionará definitivamente ali? Ou, se vocês quiserem algo muito maior: o cenário futuro é de cooperação ou de competição de defesa entre as duas potências – Estados Unidos e China?

Isso tem se reproduzido de alguma medida aqui, na própria América do Sul, onde, além da importância comercial da China, nós temos hoje já na Argentina uma base chinesa. Temos, ainda, a possibilidade de uma base russa a ser instalada na Venezuela; temos, evidentemente a presença dos Estados Unidos, que se encontram com forte participação desde 1952, na Colômbia; temos uma quarta potência nuclear – e, observem, e estou sempre me referindo a potências nucleares –, no caso especificamente da Inglaterra, que se encontra nas Malvinas.

Eu deixo aqui essas provocações, que são componentes de um quadro bem maior de questões que nós, na Defesa, entendemos como necessárias para responder, mas, sobretudo,

compartilho minha percepção da estratégia como algo que deflui da política, e como algo que é mutável, nesse mundo de enormes transformações que nós temos, particularmente, que depois do fim da chamada Guerra Fria.

Recebam essas como um estímulo ao debate de alta qualidade que tenho certeza de que todos produzirão aqui, e cujos resultados serão de grande utilidade para nosso Ministério e para as Forças Armadas.

Desejo a todas e a todos uma excelente Jornada.

Muito obrigado!